

VIII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FACULDADE DE DIREITO DA FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO – FMP (2018)

O ÍNDIO COMO SUJEITO POLÍTICO:

Análise sob a perspectiva decolonial do exercício da cidadania indígena

Autor: Camila Neis Pinheiro

Orientador: Raquel Fabiana Lopes Sparemberger

Instituição: Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP

Linha 02: Tutelas à efetivação dos direitos transindividuais

O presente trabalho objetiva analisar a cidadania exercida pela população indígena no Brasil. A pesquisa é parte de um estudo em desenvolvimento no Grupo de estudos direito, decolonialidade e estudos subalternos, sob a orientação da Professora Doutora Raquel Fabiana Lopes Sparemberger. A CRFB trouxe nos seus Arts. 231 e 232 o reconhecimento ao respeito das formas de organização própria dos povos indígenas, bem como a suas crenças e tradições. Posteriormente, o Decreto 5.051/04 (Convenção 169 da OIT) reafirma estes direitos constitucionais, e traz o respeito e o fortalecimento das formas próprias de organização de cada povo indígena. Entretanto, o reconhecimento trazido pela norma constitucional e infraconstitucional acima referida acaba por ser um reconhecimento meramente formal, esbarrando nas raízes da colonização. Especificamente, visa a analisar como as disposições constitucionais se operam – ou não – na vida prática dos indígenas, tendo em vista serem normas instituídas em um contexto de violência epistêmica. Por meio da ótica dos estudos sobre a decolonialidade, visa a enxergar o indígena não como “Outro” frente à legislação, mas sim como sujeito colonizado em um Estado Nacional. Para tanto, será utilizado o método de abordagem dedutivo em conjunto com a técnica de pesquisa bibliográfica e legislativa. Objetiva-se ainda, analisar casos que ilustrem a problemática. Pretende-se com a pesquisa analisar a hipótese de que as comunidades indígenas, apesar de gozarem de direitos ao reconhecimento da sua cidadania, não conseguem fazê-lo por se tratar de um povo silenciado, objeto de violência epistêmica até os dias atuais e sujeito a um processo hegemônico de supremacia colonial. Proporcionando assim, o debate de alternativas que visem romper com os paradigmas hegemônicos e ampliem as possibilidades de exercício da cidadania indígena.

Palavras-chave: Cidadania indígena. Povos subalternos. Decolonialidade.